

## DESCENDENTES DE ITALIANOS NA ECONOMIA DE LEOPOLDINA

Nilza Cantoni

Leopoldina é um município ao sul da zona da mata mineira, cujo povoamento começou no início do século XIX. A presença de imigrantes italianos foi documentada pela primeira vez na década de 1860, sendo que o maior número chegou entre 1880 e 1895. No início do século XX ainda vieram alguns, tornando-se mais raros após aquele período. A emancipação da tutela de fazendeiros foi detectada a partir de 1880. No recenseamento de estabelecimentos rurais e industriais de 1920, quase 20% dos estabelecimentos eram de propriedade de italianos. Em 1938 foi criada uma associação patronal que até 1945 contou, em média, com 20% de associados italianos ou descendentes. Em 2018, A Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e Serviços de Leopoldina promoveu uma Festa do Imigrante Italiano, evento que se repetiu em 2019. Com base em estudos realizados nos últimos vinte e cinco anos sobre a Imigração em Leopoldina, surgiram iniciativas importantes para alimentar a memória histórica e incentivar a preservação de práticas culturais. Uma delas foi obtida pela Lei Municipal de outubro de 2017, que deu o nome de Caminho do Imigrante ao logradouro público que é o principal acesso às propriedades hoje existentes onde fora instalada a Colônia Agrícola da Constança em 1910. Este logradouro se tornou o *locus* privilegiado dos eventos promovidos pela ACIL.

Palavras-chave: Italianos em Leopoldina, Caminho do imigrante, ACIL, Memória Histórica



Figura 1- Representação cartográfica: Minas Gerais pela Wikimedia 2020 e Mapa de Leopoldina do Instituto de Geociências Aplicadas 2011

Leopoldina é um município mineiro ao sul da zona da mata que teve seus primórdios com a chegada de famílias procedentes da Serra da Ibitipoca, termo de Barbacena, no início do século XIX. Emancipada em 1854, quando recebeu o nome da segunda filha do Imperador Pedro II, teve seus olhos voltados para a sede da Corte Imperial - a cidade do Rio de Janeiro, muito mais do que para o centro de Minas. Embora desde 1847 o território fosse reconhecidamente mineiro, somente com o Decreto Pontifício de 16 de julho de 1897 Leopoldina foi desligada do bispado do Rio de Janeiro e passou a integrar o Bispado de Mariana. (TRINDADE, 1945, p.132)

Observando-se as contagens populacionais de 1831, 1835, 1843 e 1872, verifica-se que a população dobrou nos primeiros cinco anos após a chegada dos pioneiros; cresceu 67% nos 8 anos seguintes e 30 anos depois fora ampliada em mais de 1230%.

Na segunda metade dos oitocentos, dois elementos alçaram o município a um patamar de destaque na economia: o café e a ferrovia. A Estrada de Ferro Leopoldina, companhia que recebeu este nome (WRITHT, 1913, p.224) por ter sido criada com a inversão de capitais de fazendeiros leopoldinenses, permitiu a expansão da comercialização do café que já era produzido no município e negociado na capital do Império brasileiro. Consequentemente, incrementou o consumo local de bens e serviços que chegavam pelos trilhos e, segundo Mauro Almeida Pereira (2015a, p.129) foi uma das mais importantes cidades do estado de Minas “em termos de arrecadação de impostos e taxas”.

## OS PRIMEIROS ITALIANOS

É neste cenário que surgem as primeiras referências a italianos. Na década de 1860, na área urbana do município, foi documentado o italiano Ferdinando Vitrale, natural do comune de Montano Antilia, província de Salerno, em batismo de filha nascida em Leopoldina. Ele era um dos filhos de Sebastiano Vitrale, negociante italiano residente na capital do Império que, segundo o Jornal do Comércio (1862-1869), embarcava metais preciosos para Genova. Embora Ferdinando não volte a ser referido no município após 1875, quando vendeu a casa em que morava em Leopoldina, conforme registrado no Livro de Notas do 2º Ofício de Cataguases 1874-1875, até os dias atuais há descendentes de seu irmão Vincenzo na cidade.

Na década seguinte, outros italianos da Campania que chegaram ao Brasil pelos vapores Poitou [maio 1876], Marseille [junho 1877], Mondego [agosto 1877] e Niger [dezembro 1879] se estabeleceram em Leopoldina. Tidos pela memória dos descendentes como negociantes que chegaram com capitais próprios para investir, os manifestos dos vapores

indicam que aqueles passageiros tiveram a viagem subsidiada pela província mineira e trabalharam para terceiros. Neste período chegaram os Apprato, Cazzolino, Eboli, Pagano, Polito, Petrola, Tambasco e Savino, localizados em manifestos de vapores, livros paroquiais de Leopoldina, no Almanak Hénault (1912), no Almanaque de Leopoldina (1886), em Mário de Freitas (1985) e em Mauro de Almeida Pereira (2015a).

Destaque-se Nicola Savino, nome que se tornou conhecido no município e fora dele por ser avô paterno do escritor Fernando Sabino, cujos pais eram leopoldinenses. Mas não só por isso. Ele chegou em 1879, casado e com uma filha. A família viajou como imigrante de terceira classe, com despesas pagas pelo contratante. Nicola Savino trabalhou como diarista na medição de propriedades rurais, função outrora denominada *vallins*, ou seja, abria os *valos* que marcavam o limite das fazendas. Ficou viúvo em 1891, com seis filhos pequenos, com os quais viajou para a Itália em 1893. Segundo a Lista di Leva de Ispani para o ano de 1895, ali nascera o primeiro filho do segundo casamento de Nicola Savino com a conterrânea Rosa Ana Giudice, em janeiro de 1895.

No mesmo ano foi registrada a nova entrada de Nicola Savino no Brasil, pelo vapor Washington, aportado no Rio de Janeiro em abril, acompanhado dos três meninos, filhos do primeiro casamento. Ainda não foi encontrado o desembarque da segunda esposa, das três meninas filhas do primeiro casamento e do primeiro filho com Rosa. Uma das hipóteses é que as mulheres e o bebê tenham viajado com passagens pagas, mas a parte do manifesto que foi preservada não menciona os passageiros de primeira classe. Meses depois, Savino havia se estabelecido com oficina de sapateiro e hotel no qual funcionou o afamado Salão Recreio, imortalizado em O Grande Mentecapto, livro do neto Fernando Sabino (2002, p.176), que dele tomou conhecimento através do memorialista Mauro de Almeida Pereira (2015b, p.250).

A trajetória de Nicola Savino não é única. Foi selecionada para esta apresentação por reunir elementos semelhantes à de outros italianos que também trabalharam em fazendas, viajaram para a Itália e depois vieram definitivamente para o Brasil, estabelecendo-se em Leopoldina como negociantes, produtores rurais ou prestadores de serviços.

Importante ressaltar que o Recenseamento do Brasil em 1872 havia registrado a presença dos estrangeiros no município de Leopoldina. Naquele ano, consideradas apenas as pessoas livres, eles eram 4,5% da população, sendo que o segundo maior contingente de estrangeiros era de italianos, com 109 pessoas que viviam em um território bem maior do que o atual.

O maior grupo de imigrantes italianos chegou a Leopoldina entre 1880 e 1895. Juntando-se aos que vieram antes e depois, são mais de 3.900 documentados entre 1860 e 1930,

com profusão de referências ao exercício de atividades agrícolas. Há indicações de outros 2.050 italianos sobre os quais ainda não se encontrou fonte definitiva da trajetória. De todo modo, este é o universo pesquisado, cujos primeiros indicadores do exercício de atividade produtiva autônoma foram detectados no lançamento dos contribuintes municipais em 1896. Ressalte-se que novas pesquisas poderão alterar os números aqui mencionados, consolidados em Cantoni (2018).

## EMANCIPAÇÃO DOS COLONOS

Em meados do século XIX, a ideia de participação em Exposições Universais foi disseminada no Brasil. Segundo Martins (2017, p.6) citando Sandra Pesavento, os eventos eram lugares de exibição de mercadorias e invenções que estimulavam peregrinação e consumo. Martins (2017, p.8) ressalta ainda que a

decisão sobre a participação [em exposição] foi acompanhada da iniciativa de promover exposições na Corte dos produtos enviados pelas diversas províncias brasileiras, com vistas a serem selecionados para apresentação nas exposições universais, além de participarem de premiações internas.

Uma consulta ao Relatório da exposição de 1861, organizado pelo Secretário Cunha (1862, p.22), trouxe esclarecimentos sobre os produtos enviados pelas províncias, sendo alguns deles citados no Livro de Inscrições para a Exposição Regional realizada em Leopoldina em 1897, no qual foram identificados imigrantes italianos que apresentaram objetos variados como Chapéus de Cipó e Tinta Vegetal, entre outros. No citado relatório de Cunha, entre os produtos que deveriam figurar na Exposição Nacional constam (p.70) produtos agrícolas, brutos e melhorados, e substâncias vegetais e animais. O fato de aqueles imigrantes terem se inscrito para a Exposição de 1897 indica serem trabalhadores autônomos, que produziam e comercializavam sua produção.

Esta independência dos imigrantes transparece, também, em iniciativas como a citada por um entrevistado (RODRIGUES & CANTONI, 2010, p.76):

O colono tinha direito a um pedaço de terra onde podia plantar os víveres de que necessitasse. [...] uma família italiana obteve tão grande produção de milho em seu “quintal” que, no ano seguinte, vendeu fubá para a cozinha da fazenda onde trabalhava, a qual continuava responsável pela alimentação dos trabalhadores diaristas.

A origem dos capitais empregados pelos imigrantes na atividade autônoma, quer tenha sido iniciada poucos anos depois de chegarem a Leopoldina, quer inaugurada após uma viagem à Itália, ainda não está totalmente esclarecida. O que se sabe é que houve remessas de valores de Leopoldina para a Itália (fig.2).



Figura 2- Remessa de Marcato e Carraro para Dolo, Venezia, em 1895. Fonte: Centro de Documentação do Museu Imperial. Coleção Kenneth Light – Histórico da Fazenda Paraíso.

Como em todos os municípios criados no período imperial, Leopoldina submeteu a regulamentação de cobrança de impostos à Assembleia Provincial. A análise das Resoluções promulgadas pela casa legislativa mineira até 1890 esclarece aspectos importantes sobre a inscrição dos contribuintes na fazenda pública municipal. Um deles diz respeito ao imposto devido pelos proprietários rurais, cujo valor era calculado pelo número de trabalhadores e não pelo tamanho da propriedade. Assim, como “prédios rústicos de 1<sup>ª</sup>” eram taxados os estabelecimentos rurais com mais de 40 trabalhadores; de 2<sup>a</sup> eram os que contavam com mais de 20; e de 3<sup>a</sup> os que tinham menos de 10 pessoas como determinava a Resolução 1353 de 5 de novembro 1866. Ficavam isentos os que pagavam qualquer outro imposto de maior valor e os que contavam com menos de 2 trabalhadores.

Entre os contribuintes listados em O Mediador (1896), 2,3% nasceram na Itália. E não eram apenas proprietários rurais. Havia donos de botequim, carro de aluguel, carroça, comércio em área urbana, hotel, padaria, oficinas de alfaiate, caldeireiro, sapateiro e comércio na estrada cujo imposto era menor, como determinava a Resolução 3828 de 16 agosto 1890.

A emancipação de imigrantes foi detectada, também, em processos de divisão judicial de propriedades (COARPE-TJMG: 1880-1904), nos quais foram encontradas promessas de compra e venda envolvendo italianos ou descendentes.

## A COLÔNIA AGRÍCOLA DA CONSTANÇA

Outro exemplo da independência dos colonos veio em 1910, quando o Decreto nº 280, de 12 de abril, oficializou a criação da Colônia Agrícola da Constança, localizada no distrito sede, da qual 40 lotes foram vendidos para imigrantes italianos (RODRIGUES & CANTONI, 2010, p.205-209). Muitos outros viveram na Colônia, seja como agregados ou sucessores (CANTONI, 2018). Além da administração, então instalada no que fora a casa principal da fazenda Boa Sorte, a Colônia contava com uma sede social em terreno adquirido pelos colonos por escritura de 21 de agosto de 1912, do Cartório do 2º Ofício de Notas de Leopoldina, e no qual construíram, em sistema de mutirão, a Capela de Santo Antônio de Pádua, hoje conhecida como Igrejinha da Onça.

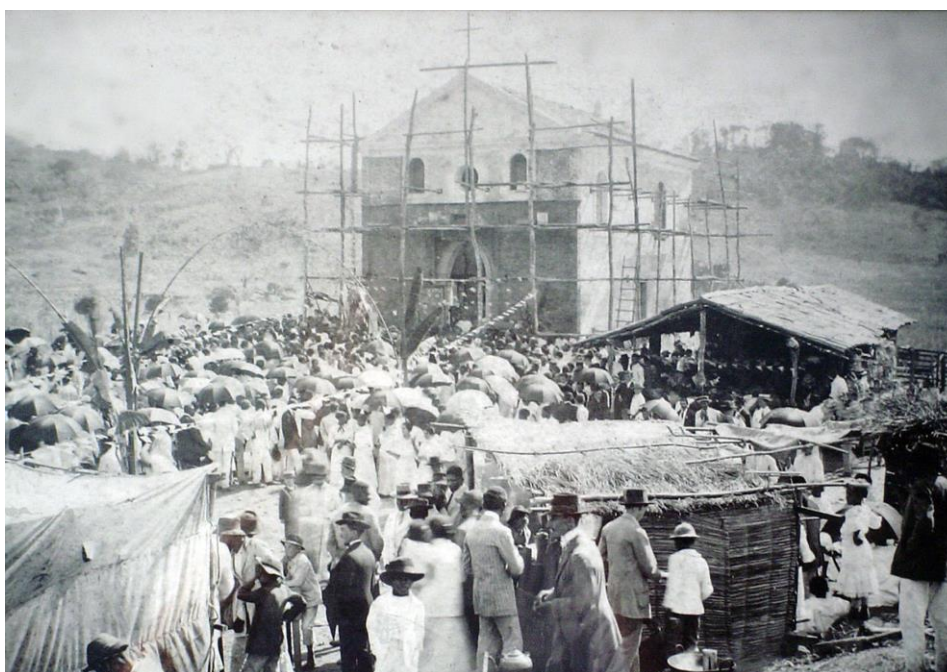


Figura 2- Festa na Igrejinha da Onça, em construção, 1914. Acervo pessoal

A maioria dos colonos italianos professava a religião católica. Daí a necessidade que sentiram de construírem um templo que desde então festeja o padroeiro Santo Antônio de Pádua, em festas que foram grandiosas entre os anos de 1940 e 1970, atraindo pessoas da cidade e grupos de imigrantes procedentes dos distritos.

Em 2010, por ocasião do Centenário da Colônia Agrícola da Constança, a Capela foi escolhida como símbolo das comemorações por ser a imagem a que sempre se referiam os entrevistados no curso das pesquisas realizadas, quando abordados sobre a vida dos mais antigos. A ela todos se referiam com um misto de saudade e orgulho.

Ainda sobre a Colônia Agrícola da Constança, destaque-se um empreendimento comercial significativo para os que ali residiam: a Casa Timbiras.

Sua construção remonta ao período da Colônia Constança. Os vãos das atuais janelas arqueadas correspondem às portas da antiga casa comercial que os mais antigos conheciam como “venda do Augusto Timbira”, confundindo o nome do imigrante português Augusto Lima de Brito com o da empresa

A Casa Timbiras era mais que um armazém de secos e molhados como se dizia naquela época. Funcionava como um verdadeiro entreposto comercial que, no atacado, comercializava tonéis de cachaça, grandes volumes de cereais e de café produzidos na Colônia e no seu entorno. O proprietário comprava dos colonos as aves vivas que eram levadas para vender no Rio de Janeiro e possuía engenhos de beneficiar o arroz e o café produzidos nos lotes da Constança. Ali funcionavam também um açougue e um pequeno laticínio que produzia queijo e manteiga.



Figura 3- Antiga Casa Timbiras, atualmente residência particular. As janelas centrais originalmente eram as portas da “Venda”. À esquerda ficava o depósito e o moinho. 2019 Acervo ACIL

Como varejista, vendia quase tudo que o colono precisava: banha, sal, açúcar, querosene, cachaça, café torrado, milho, arroz, feijão, fubá, fumo, ferramentas, lamparina, chapéu, tecidos, arame, grampos de cerca e muito mais.

Ao lado da casa comercial havia uma serraria e, junto dela, uma fábrica de vassouras e tamancos rústicos. A emancipação da Colônia, em 1923, não trouxe grandes mudanças para a localidade, que hoje está incorporada à área urbana com o nome de Bairro da Onça, por ali ter sido formada uma fazenda com este nome nos primórdios da ocupação do território (RODRIGUES & CANTONI, 2004, p.158).

O trânsito da produção da Colônia para a cidade era realizado por antiga via de terra que teve alguns de seus trechos aproveitados no traçado de uma estrada que, passando por Leopoldina, ligava Cataguases ao Rio Pardo (Argirita) e a Marinópolis (Além Paraíba) no final da década de 1920. Nos anos de 1930, um trecho do Caminho se tornou parte da estrada Rio-

Bahia. Atualmente o caminho é uma via alternativa que se estende da Capela de Santo Antônio de Pádua ao distrito de Tebas e seu trecho inicial passou a ser denominado Caminho do Imigrante através de Lei Municipal promulgada em 2017.

## IMIGRANTES PROPRIETÁRIOS

O Recenseamento do Brasil, realizado em 1 de setembro de 1920 (v.3 p.244-245), informa que 75,5% das propriedades de Leopoldina pertenciam a brasileiros, 16,9% a estrangeiros e os demais não tiveram a origem identificada pelos recenseadores. Entre os estrangeiros e os não identificados, pela lista nominal (v. 2, p.328-344) foi possível verificar que 25,7% nasceram na Itália e 22% eram descendentes de imigrantes italianos.

No mesmo ano de 1920, o censo das indústrias (v.5 1ª parte p.LXI) destacou que os italianos eram os que possuíam mais avultados capitais, cerca de 42% da soma total, e que eram proprietários de 149 estabelecimentos em Minas Gerais, ficando atrás apenas de São Paulo, com 1446 unidades e Rio Grande do Sul com 227. No mesmo documento se observa que em 1912 haviam sido encontradas (v.5 1ª parte p.XXXIII) 732 indústrias em Minas Gerais e em 1920 o total atingira (v.5 1ª parte p.LVII) 1.243, sendo superado por São Paulo, Rio Grande do Sul e o Distrito Federal.

Pela imprensa periódica da época, verifica-se que os imigrantes italianos e seus descendentes faziam parte do incipiente parque industrial de Leopoldina, entendido segundo os parâmetros expressos no referido censo que, no entanto, não divulgou o registro por município.

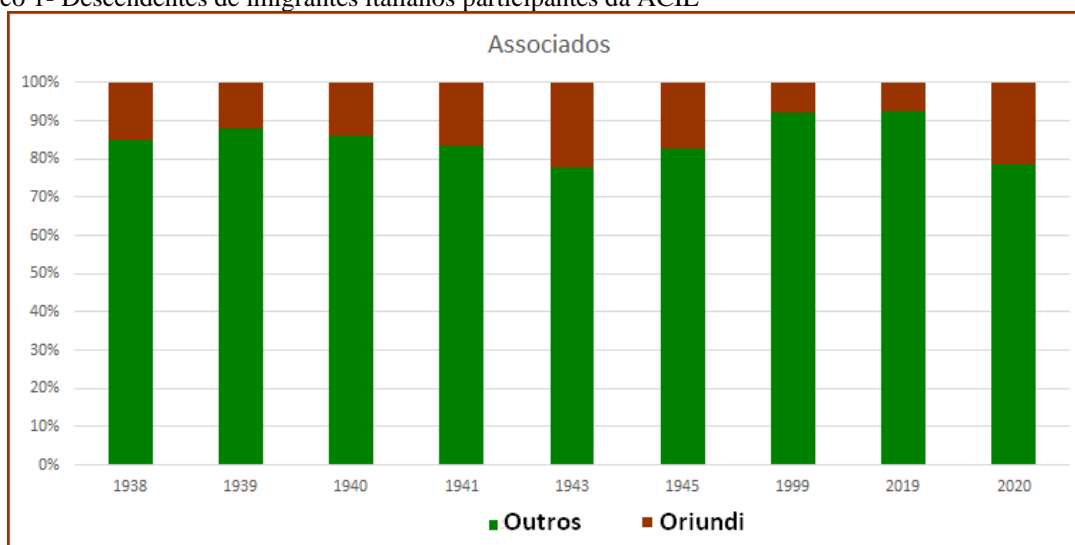
Em 1938 foi criada uma associação patronal em Leopoldina, em reunião realizada no dia 18 de agosto daquele ano com 90 pessoas. Conforme ressaltaram Aires e Vessen JR (2014), o surgimento das entidades patronais esteve intimamente ligado ao desenvolvimento do capitalismo. Os autores lembram que, na gestão de Getúlio Vargas, os sindicatos de trabalhadores passaram a ser controlados pelo Ministério do Trabalho e a representatividade patronal, “instituída [na Itália] por Mussolini, influenciou fortemente as leis do Brasil” (AIRES & VESSEN, 2014, p.118). O surto industrial na década de 1930 desencadeou a necessidade da criação de entidades que orientassem e defendessem o patronato.

Assim é que, em 1938, surgiu a Associação Comercial e Industrial de Leopoldina - ACIL, cujo primeiro quadro societário contava com 17,6% de italianos ou descendentes.

De 1939 a 1945, os italianos membros da ACIL representaram, em média, 20,4% do total.

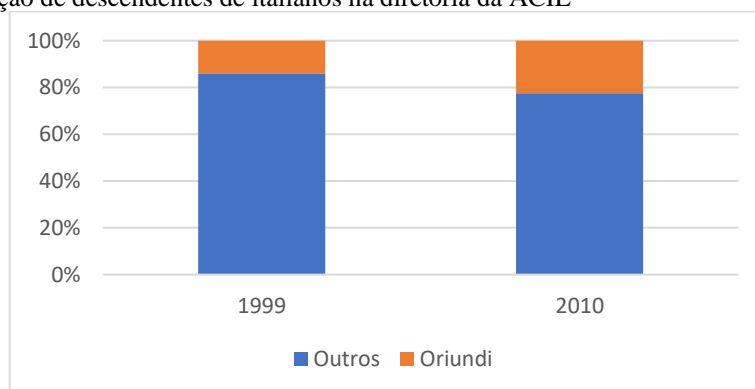


Gráfico 1- Descendentes de imigrantes italianos participantes da ACIL



A instituição que passou a ser denominada Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e Serviços de Leopoldina conta com representantes da comunidade de italianos em sua diretoria.

Gráfico 2- Participação de descendentes de italianos na diretoria da ACIL



Entre os atuais dirigentes das empresas associadas à ACIL, encontram-se descendentes das seguintes famílias:

Anzolin	Cheodini	Iennaco	Sampieri
Bartoli	Colle	Lamarca	Sampietro
Bedin	Conte	Lammoglia	Sangalli
Benati	Conti	Leonella	Sangirolami
Betto	Cuccu	Lorenzetto	Sarno
Bianchi	De Angelis	Maciello	Schettino
Bonin	Donati	Maragna	Vassali
Cafiero	Farinazzo	Marcato	Venturi
Campagna	Favero	Marinato	Viola
Campana	Fofano	Mazzini	Zacchini
Carraro	Furlani	Mescoli	Zamboni
Casadio	Gallito	Minelli	Zambrano
Cassagni	Gesualdi	Pengo	
Ceccarelli	Gottardo	Possenti	
Ceoldo	Guerzoni	Princisvale	

## FESTA DO IMIGRANTE

Paralelamente à atuação em prol da movimentação da economia, sempre foram realizadas atividades de conagração social. No ano de 2018, quando completou 80 anos, a ACIL promoveu uma festa em homenagem ao imigrante italiano. Em 2019 foi realizado o segundo evento da ACIL e haveria uma programação ainda mais abrangente em 2020.



Figura 3 - Festa do Imigrante Italiano, 2019 - Acervo da ACIL

Com base em estudos realizados nos últimos vinte e cinco anos (RODRIGUES & CANTONI, 2010, 2019-2020 e CANTONI, 2018) sobre a Imigração em Leopoldina, surgiram iniciativas importantes para alimentar a memória histórica e incentivar a preservação de práticas culturais. O Caminho do Imigrante é uma delas. Oficializado por Lei Municipal de outubro de 2017, este monumento à memória tem origem na Colônia Agrícola da Constança e é, agora, o foco da atenção dos organizadores como *locus* privilegiado do evento.

O antigo Caminho começava na rua Manoel Lobato, no centro da cidade. Por ali chegavam as mercadorias que, procedentes da Colônia, abasteciam residências e casas comerciais da área urbana. Um olhar retrospectivo sobre a função comercial das vias que serviram àqueles imigrantes mostra o surgimento de padarias, oficinas de sapateiro, olarias, marcenarias, bares e diversos outros pontos de prestação de serviços através dos quais os imigrantes foram introduzidos social e economicamente na estrutura local. Foi, por isso, escolhido como ponto de início da Caminhada dos descendentes e simpatizantes promovida

pela ACIL, terminando no distrito de Tebas, no qual ainda residem muitos descendentes de italianos.

## A TÍTULO DE CONCLUSÃO

Em 2010 foi publicado o livro eletrônico “Imigração em Leopoldina: História da Colônia Agrícola da Constança” com o resultado da pesquisa realizada até então. Entretanto, novas informações continuaram chegando através do contato direto de pessoas interessadas ou em consequência de outros projetos no âmbito da história de Leopoldina. Este material foi reunido em uma série de artigos publicados no jornal Leopoldinense entre março de 2019 e abril de 2020.

Restaram inéditas as informações atuais sobre a presença dos descendentes de imigrantes italianos no comércio, na indústria, na produção agrícola e na prestação de serviços. Em decorrência da crise sanitária, não foi possível organizá-las e prepará-las para publicação porque faltou realizar entrevistas e visitas em busca de esclarecimentos para alguns aspectos. Com o lançamento do Edital para o X Seminário da Imigração Italiana em Minas Gerais, abriu-se uma janela para apresentar um resultado parcial, com o panorama histórico e dados relativos a 241 empresas leopoldinenses que reúnem 466 associados. Destes, 119 são descendentes de italianos, mantendo a incidência histórica de participação nas atividades produtivas do município.

Este trabalho contou com a colaboração da Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e Serviços de Leopoldina, na pessoa de seu presidente Pedro Augusto Machado Monteiro, dos Diretores Jairo Antônio de Souza Seoldo e Rômulo Carvalho Nascimento, da Gestora Executiva Lilian Mônica Abrão Viana e do Assistente Administrativo José Carlos Landy Guida.

Registre-se um agradecimento especial a Stanley Savoretti pela leitura atenta e sugestões de aprimoramento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AIRES, Nataly Bruna Fernandes e VESSEN JR, Marcos Van. **Sobre as Origens do Sindicalismo Patronal Brasileiro**. Conhecimento Interativo, São José dos Pinhais, PR, v. 8, n. 1, p. 113-122, jan./jun. 2014.
- Almanaque de Leopoldina. Leopoldina: s.n., 1886.
- Almanak Hénault - Anuario Brasileiro Commercial Illustrado. Rio de Janeiro: A. Hénault, 1912-1913.
- BRASIL - Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio. **Estabelecimentos Ruraes Recenseados no Estado de Minas Geraes**. Rio de Janeiro: Typographia da Estatistica, 1924, v. 2.
- BRASIL - Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio. **Recenseamento do Brazil realizado em 1 de setembro de 1920**. Rio de Janeiro: Typographia da Estatistica, 1923, v. 3.
- BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento do Brazil em 1872**. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, 1874.
- CANTONI, Nilza. **Mapa da Imigração em Leopoldina**. Projeto em andamento. 2018.
- FREITAS, Mário de. **Leopoldina do Meu Tempo**. Belo Horizonte: Página, 1985. p. 226.
- CUNHA, Antonio Luiz Fernandes da. **Relatório Geral da Exposição Nacional de 1861**. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro, 1862. Disponível na Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados<<https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/22502>> Acesso 22 jul. 2020.
- GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina-MG, 1895-1927.
- JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, Coluna Commercio – Exportação de Metaes, 1862-1869.
- MARTINS, Monica. O impacto das Exposições Universais do século XIX para as relações econômicas brasileiras e o avanço tecnológico: uma análise sobre a participação das províncias. In: **XII Congresso Brasileiro de História Econômica**, 2017, Niterói.
- O MEDIADOR. Leopoldina, MG: nov.1896, edições 50, 51 e 52.
- PEREIRA, Maria José Lara de Brêtas. **Um tabelião de muitos ofícios**. Belo Horizonte: Editora B, 2015b.
- PEREIRA, Mauro de Almeida e PEREIRA, Maria José Lara de Brêtas. **O Escrivão**. Belo Horizonte: Editora B, 2015<sup>a</sup>.
- RODRIGUES, José Luiz Machado & CANTONI, Nilza. **Nossas Ruas, Nossa Gente**. Rio de Janeiro: do autor, 2004.
- RODRIGUES, José Luiz Machado & CANTONI, Nilza. **Imigração em Leopoldina: História da Colônia Agrícola da Constança**. Livro eletrônico: 2010.

RODRIGUES, José Luiz Machado & CANTONI, Nilza. **Imigrantes Italianos em Leopoldina**. *Jornal Leopoldinense: Coluna Trem de História*, mar-2019; abr-2020.

SABINO, Fernando. **O Grande Mentecapto**. 54 ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

TRINDADE, Cônego Raimundo. **Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana**. Rio de Janeiro: SPHAN, 1945.

WRITHT, Arnold. **Impressões do Brazil no Século Vinte**. Londres: Lloyd's Greater Britain Publishing Company, Ltd, e Rio de Janeiro: L. T. Delaney, 1913.

#### FONTES DOCUMENTAIS

Alistamentos Eleitorais de Leopoldina e seus distritos no século XIX. Livros de Atas 1854-1897.

Archivio di Stato di Salerno, Stato civile della Restaurazione, Ispani, Matrimoni 1843, fls 19 termo 3, 1854 termo 2 fls 6; Nati 1820 termo 6, 1828 registro 3523 número de ordem 19; 1844, termo 17; 1847, termo 4, 1855 fls 10 termo 19; 1856 termo 1; 1857 fls 4v termo 8 e 23 termo 23; 1858 termo 10; Montano Antilia, Nati 1832 termo 7; 1844, fls 17 termo 17; 1842, fls 37 termo 37, 1847 termo 28.

Arquivo da Diocese de Leopoldina. Livros de assentos paroquiais de: Argirita 1844-1901; Leopoldina 1852-1941; Piacatuba 1851-1923; Tebas 1889-1939; Recreio 1860-1889.

Arquivo Nacional, Lista de passageiros dos vapores Marseille RV 1, Mondego RV 10, Niger, RV 9; Poitou RV 9 720.

Arquivo Público Mineiro, Fundos Imigrantes e Mapas de População.

Cartório de Notas da Piedade (Piacatuba), 1871-1894.

Cartório de Notas de Conceição da Boa Vista (Recreio), 1869-1885.

Cartório de Notas do Rio Pardo (Argirita), 1862-1881.

Cartório de Registro Civil da 3ª Circunscrição do Rio de Janeiro, 1914.

Cartórios de Registro Civil de Leopoldina e seus distritos, Argirita e Recreio fev.1889-1928.

Cemitérios: Livros de Sepultamentos de Argirita, Leopoldina, Piacatuba, Tebas e Santo Antônio do Aventureiro (1888-1974).

COARPE – TJMG Arquivo Permanente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – Comarca de Leopoldina. Processos de divisão judicial e amigável de propriedades. 1880-1904.

Livro de Atas da Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e Serviços de Leopoldina.

Livro Movimento de Caixa, Leopoldina, Diário, códice 232, 1873-1885.

Registro de Estrangeiros de 1942 realizado em cumprimento ao Decreto 3010 de 20 de agosto de 1938. Residentes no município de Leopoldina.

Relatórios da Câmara Municipal de Leopoldina, 1892 e 1823-1826.